

FR.2024.0403

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2024

Ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)

A/C: ILMO. SR. PRESIDENTE RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA

À CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (CTEI)

A/C: ILMO. SR. COORDENADOR HUGO SANTOS TOFOLI

À CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE REJEITOS E SEGURANÇA AMBIENTAL (CT-GRSA)

A/C: ILMO. SR. COORDENADOR RENATO MIRANDA DE CARVALHO

À CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL (CT-PDCS)

A/C: ILMO. SR. COORDENADOR INTERINO HENRIQUE JOSÉ DA SILVA SOUZA

REF.: Manifestação ao Item 12.1 da pauta da 74ª Reunião Ordinária do CIF – Nota Técnica Intercâmaras CTEI, CT-GRSA e CT-PDCS nº 02/2024

FUNDAÇÃO RENOVA ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, no município de Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, por meio de seus representantes abaixo assinados, respeitosamente, **manifestar-se acerca do Item 12.1 da Pauta da 74ª Reunião Ordinária deste I. Comitê**, com fundamento na Cláusula Trigésima Nona, §§ 2º e 3º, do TAC Governança, e no Artigo 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo ("CIF"), nos termos que se seguem.

O item de pauta se refere a Nota Técnica Intercâmaras CTEI, CT-GRSA e CT-PDCS nº 02/2024 – Análise de Plano de Trabalho em cumprimento às Deliberações CIF nº 720/2023, 661/2023 e 633/2022 e à proposta de minuta de nova deliberação.

A título de contextualização, a Deliberação CIF nº 720 “*aprovou, com ressalvas, o Plano de Trabalho apresentado pela Fundação Renova em atendimento ao item 3 da Deliberação CIF nº 661/2023.*”. A título de contextualização, a Deliberação CIF nº 720 “*aprovou, com ressalvas, o Plano de Trabalho apresentado pela Fundação Renova em atendimento ao item 3 da Deliberação CIF nº 661/2023.*”

Conforme é de conhecimento das Câmaras Técnicas envolvidas no tema, em 04.12.2023, deu início à **Fase 1** do Plano de Trabalho em cumprimento à Deliberação CIF nº 720, que diz respeito à elaboração do **Plano de Comunicação** e contempla as ações de sensibilização em campo.

Referido material contém informações que objetivam informar e orientar os proprietários, posseiros e ocupantes de áreas atingidas pela deposição de sedimentos após o período chuvoso de 2021/2022, acerca das atividades do manejo de rejeitos que serão implementadas pela FUNDAÇÃO.

Passo seguinte, iniciou-se a execução do **Plano de Monitoramento Integrado**, em atenção às campanhas de campo para os Trechos 13 a 16, encaminhado por meio do Ofício FR.2023.2790. O avanço das atividades é reportado mensalmente nas reuniões ordinárias da CT-GRSA.

Contudo, a minuta de deliberação proposta recomenda “*Aprovar com ressalvas o Plano de Trabalho apresentado pela Fundação Renova em atendimento a Deliberação CIF nº 720/2023*”, trazendo diversas determinações de **adequação** do plano, de modo que a FUNDAÇÃO traz as considerações que seguem para que as recomendações propostas pela Nota Técnica Intercâmaras CTEI, CT-GRSA e CT-PDCS nº 02/2024 sejam rejeitadas por esse Comitê.

I – NEXO DE CAUSALIDADE COMO CONDIÇÃO SINE QUA NON PARA O ESTABELECIMENTO DE AÇÕES DO PLANO DE TRABALHO

O primado da responsabilidade civil objetiva é a existência de dano, moral ou patrimonial, e nexo de causalidade, que é a relação de causa e efeito entre a ação do agente e o dano causado. A culpa, ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, pouco importa para caracterizar a responsabilidade civil objetiva.

Com base no artigo 927 do Código Civil, “aquele que, por ato ilícito (artigos 186 e 187¹), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”. Ainda, com base em seu parágrafo único, “*haverá obrigação de reparar o dano, **independentemente de culpa**, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem*”.

O TTAC, como se sabe, representa instrumento jurídico inovador, por meio do qual foram fixadas diretrizes para a elaboração e implantação de uma solução ampla, global, eficiente e coordenada, envolvendo a interface entre entes estatais e não-estatais no endereçamento dos danos **decorrentes do rompimento da barragem de Fundão** – ou seja, para **todas** as medidas realizadas, deve haver a verificação do nexo de causalidade entre o dano alegado e o evento.

Contudo, o que a Nota Técnica Intercâmaras CTEI, CT-GRSA e CT-PDCS nº 02/2024 pretende é a mais absoluta desconsideração da premissa estabelecida pelo TTAC – e que deve reger a atuação da FUNDAÇÃO e do CIF.

Cumprе reiterar que a FUNDAÇÃO e o CIF foram igualmente instituídas em decorrência do TTAC, com a finalidade **única** atender estritamente os termos, princípios e objetivos definidos por seus signatários, conforme descrito nas Cláusulas 01, 05 e 06 do referido instrumento. Em outras palavras, **o TTAC representa o parâmetro conceitual e balizador de limites da atuação dos entes criados a partir do instrumento – FUNDAÇÃO e CIF.**

A primeira, muito embora seja pessoa jurídica de direito privado, nos termos do Código Civil Brasileiro, deve possuir um propósito instituidor, a ser definido em sua Escritura Pública. Como se sabe, a FUNDAÇÃO tem por finalidade atender estritamente os termos entabulados pelos signatários do TTAC², qual seja, gerir e executar medidas

¹ Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

² **Artigo 6º.** A Fundação tem por objetivo exclusivo gerir e executar medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais, incluindo a promoção de assistência social aos impactados, em decorrência do rompimento da barragem de propriedade da Mantenedora Principal, localizada no Complexo de Germano, em Mariana (“Evento”), observada a situação socioambiental e socioeconômica imediatamente anterior a 5 de Novembro de 2015, conforme detalhado no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta celebrado em 2 de Março de 2016 (“Acordo”) entre

previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais “conforme detalhado no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta”³.

Com efeito, o planejamento e a destinação de recursos aos programas já se encontram definidos e alocados a longo prazo em observância ao propósito da FUNDAÇÃO. Alterações que desviam desse propósito devem ser evitadas, já que, se aceitas, teriam impacto direto na capacidade de a FUNDAÇÃO realizar as ações para as quais foi criada.

Por sua vez, **a competência do CIF e de suas Câmaras Técnicas está limitada a estabelecer diretrizes ao cumprimento dos programas e ações,** conforme Cláusula 245 do TTAC⁴, diretrizes estas que, mais uma vez, devem estar em consonância com o propósito instituidor da FUNDAÇÃO.

(i) INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, autarquia pública federal; (ii) INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, autarquia pública federal; (iii) AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA; autarquia pública federal; (iv) DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, autarquia pública federal; (v) FUNDAÇÃO NACIONAL DO Índio - FUNAI, autarquia pública federal, todos representados pelo Advogado-Geral da União; (vi) ESTADO DE MINAS GERAIS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 05.475.103/0001-21; (vii) INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, criado pela Lei 2.606/1962, com regulamento aprovado pelo, com regulamento aprovado pelo Decreto nº 45.834, de 22 de dezembro de 2011, inscrito no CNPJ sob o nº 18.746.164/0001-28; (viii) INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DE ÁGUAS - IGAM, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, criada pela Lei nº 12.584, de 17 de julho de 1997, com regulamento aprovado pelo Decreto nº 46.636, de 28 de outubro de 2014, inscrito no CNPJ sob o nº 17.387.481/0001-32; (ix) FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - FEAM, instituída pelo Decreto nº 28.163, de 6 de junho de 1988, nos termos da Lei nº 9.525, de 29 de dezembro de 1987, inscrito no CNPJ sob o nº 25.455.858/0001-7, todos representados pela Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Espírito Santo, nº 495, 8º andar, Belo Horizonte, CEP 30160-030; (x) ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público; (xi) INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - IEMA, autarquia estadual; (xii) INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO - IDAF, autarquia estadual; (xiii) AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - AGERH, autarquia estadual, (xiv) Samarco, (xv) Vale; e (xvi) BHP.

³ O TTAC é acordo judicial celebrado entre os entes públicos signatários, Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil LTDA., no âmbito na Ação Civil Pública nº 0069758-61.2015.4.01.3400, com vistas à recuperar, mitigar, remediar e/ou compensar os danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão.

⁴ **CLÁUSULA 245:** Nos termos deste Acordo e observado o escopo dos PROGRAMAS, ao COMITÊ INTERFEDERATIVO caberá:

- I. orientar a FUNDAÇÃO acerca das prioridades a serem atendidas tanto na fase de elaboração quanto na de execução dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e SOCIOECONÔMICOS;
- II. definir diretrizes para elaboração e execução dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e SOCIOECONÔMICOS pela FUNDAÇÃO;
- III. avaliar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a elaboração e a execução dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e SOCIOECONÔMICOS, indicando a necessidade de correções nas ações desempenhadas pela FUNDAÇÃO;
- IV. acompanhar a execução do Acordo;
- V. auxiliar a FUNDAÇÃO na interlocução com autoridades públicas;
- VI. buscar o entendimento em caso de conflitos e inconsistências de demandas de diferentes agentes ou autoridades governamentais;
- VII. validar os planos, PROGRAMAS e PROJETOS apresentados pela FUNDAÇÃO, sem prejuízo da necessidade de obtenção das licenças ambientais junto ao órgão ambiental competente e da competência legalmente prevista dos órgãos licenciadores, bem como de outros órgãos públicos; e
- VIII. receber os relatórios periódicos da FUNDAÇÃO.

Voltando-se ao caso concreto, como se sabe, a Deliberação nº 720, bem como as Deliberações CIF nº 633 e 661, dispõem sobre as tratativas relacionadas às cheias ocorridos no período chuvoso de 2021/2022.

A FUNDAÇÃO esclarece que, em relação às manchas de inundação mencionadas nas Deliberações CIF nº 617 e 618, trata-se de áreas consideradas “sob investigação”, de modo que estão abrangidas nos trabalhos do Plano de Monitoramento Integrado (“PMI”).

As ações de reparação, portanto, deveriam ser definidas apenas **após** a conclusão das investigações e com base nos resultados obtidos nas avaliações do PMI, de modo que apenas seriam elegíveis ao atendimento aquelas que tenham sofrido impacto **decorrente do Rompimento**, em linha com as premissas estabelecidas no TTAC e com a finalidade de atuação da FUNDAÇÃO e do CIF, conforme trazido acima.

Necessário esclarecer que as ações de reparação de impactos são subsidiadas em avaliações de danos, a partir de dados **reais** e **concretos** de campo. Para definição das ações, portanto há que se observar os resultados do PMI para ações de condicionamento de solos em propriedades rurais.

Contudo, não é possível determinar ações para reparar danos hipotéticos e não materializados, ou seja, baseadas em potenciais eventos futuros. Isso porque, o dano hipotético, por não ter ocorrido, **não é mensurável**, de modo que não é possível a definição de ações de reparação para um dano que não se concretizou.

Assim sendo, **não há reparação a dano em potencial ou hipotético, não podendo a indenização (ou reparação) estar condicionada a evento futuro e incerto**, cujo prejuízo só ocorrerá se de fato acontecer um dano que, só assim, ensejaria eventual reparação. Com efeito, o dano, seja direto ou indireto, deve ser sempre certo, como regra essencial da reparação, não admitindo indenização o dano hipotético, imaginário ou presumido, como no caso dos autos.

Sendo assim, as recomendações trazidas pela Nota Técnica Intercâmaras CTEI, CT-GRSA e CT-PDCS nº 02/2024 extrapolam as premissas estabelecidas pelo TTAC, tendo em vista que são baseadas em danos hipotéticos e desconsideram a necessidade de estabelecimento nexa causal com o rompimento, de modo que devem

ser rejeitadas por esse I. Comitê.

Por fim, a FUNDAÇÃO **reitera** sua discordância e oposição em relação à utilização do termo “MATERIAL LIGADO AO DESASTRE” ou “MLD” em substituição ao termo “Rejeitos”, oriundo das bases conceituais do “Modelo Técnico Consolidado do Desastre” que, por sua vez, foi mencionado como um dos conceitos e premissas aplicadas no laboratório do Baixo Doce e em relação ao qual a FUNDAÇÃO da mesma forma manifesta sua discordância, conforme trazido em diversas oportunidades anteriores.

II – ANÁLISE PORMENORIZADA DAS RECOMENDAÇÕES TRAZIDAS PELA NOTA TÉCNICA INTERCÂMARAS CTEI, CT-GRSA E CT-PDCS Nº 02/2024

- 1** *Aprovar com ressalvas o Plano de Trabalho apresentado pela Fundação Renova em atendimento a Deliberação no 720/2023, o qual deverá ser adequado com base no contido na Nota Técnica Intercâmaras CT-EI, CTGRSA, CT-PDCS nº 02/2024 e reapresentado no prazo de xx dias.*

A Fundação Renova solicita o prazo 45 dias para adaptar e adicionar documentos ao plano de trabalho, respeitando a premissas de atendimento que constam no TTAC e definição dos programas correlatos.

- 2** *Determinar a reprovação da premissa XI da PROPOSTA REVISADA DE PLANO DE TRABALHO PARA ATENDIMENTO AO ITEM 1 DA DELIBERAÇÃO CIF nº 720/2023.*

A Fundação Renova atenderá aos atingidos cadastrados que tenham efetivamente danos causados pelo Rompimento da Barragem de Fundão, que desencadeou na assinatura do TTAC e, portanto, a Instituição observará este Acordo. Como há atuação de diferentes Programas da Fundação Renova no referido Plano de Trabalho, a reparação contida no documento seguirá as premissas neles listados.

3 *Determinar a não limitação aos critérios de elegibilidade descritos no plano de trabalho:*

- (i) Imóvel sem Laudo de Danos/Relatório de Danos elaborados pelo PG01;*
- (ii) Imóveis cuja deposição de sedimentos não possua nexo causal com o rompimento;*
- (iii) Atendimento somente a propriedades que estejam vinculadas ao PG 17.*

A Fundação Renova atenderá ao público rural com o Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias, cujo escopo reparatório está aprovado e nele consta as premissas de atendimento acima. Destaca-se que o escopo reparatório tem limites de atuação, como todo Programa desenvolvido no âmbito do TTAC. Podemos atender desde que atendidas as premissas já elencadas no Plano de Trabalho protocolado antes da emissão da NT 02/2024.

4 *Determinar prazo de 15 dias para iniciar o Plano de Comunicação dentro do território atingido.*

A Fundação Renova atenderá o prazo caso seja mantida a condição de atendimento do Plano de Trabalho que observa o TTAC e definições dos Programas. Para atender este prazo é necessário a aprovação do Plano com as observações da Fundação Renova.

5 *Determinar prazo de 60 dias para que a Fundação Renova informe ao CIF evidências da execução do Plano de Trabalho nas propriedades que manifestem interesse.*

A Fundação Renova dará continuidade ao Plano de Trabalho, caso seja permitido a execução do Plano de Trabalho nos moldes da manifestação deste Ofício. Deste modo será possível o envio das evidências.

- 6** *A Fundação Renova deverá informar periodicamente (trimestralmente), por município, o quantitativo de solicitações, o quantitativo de atendimentos selecionados, o quantitativo de atendimentos realizados e apresentar o motivo dos atendimentos recusados. Apresentar informações citadas em quadro síntese para acompanhamento das câmaras técnicas correlatas.*

A Fundação Renova informará ao CIF periodicamente conforme solicitado.

- 7** *A Fundação Renova deverá apresentar nova versão do PMI com a coluna "Análises Laboratoriais" por completo, incluindo a metodologia de análise granulométrica com difração a laser para as frações de tamanho abaixo da última peneira da série tyler, para os pontos intracalha para afluentes a jusante (Trechos 13 a 16).*

A FUNDAÇÃO informa que efetuará o ajuste no documento "Plano de Monitoramento Integrado – Trechos 06 a 16", revisão 6 (WSP, 2023), e realizará novo protocolo do PMI (revisão 7) com a atualização da metodologia de análise granulométrica com difração a laser para os pontos intracalha para afluentes a jusante.

- 8** *A Fundação Renova deverá especificar o método de análise das amostras de solo no Plano de Trabalho, seguindo a mesma metodologia do PMI e PMR, que porventura sejam necessárias ao realizar o atendimento às propriedades. Para o atendimento à propriedade, o nexos causal não deve ser fator limitante.*

Conforme discutido na 2ª Reunião Intercâmaras CT-EI, CT-GRSA e CT-PDCS, realizada em 16/01/2024, a FUNDAÇÃO esclarece que as investigações que estão sendo

realizadas no âmbito do PMI são suficientes e representativas para finalidade de avaliações de alterações da qualidade dos solos e sedimentos ocorridas nos últimos eventos de cheias, associadas ao rompimento da barragem de Fundão.

As demais análises que se fizerem necessárias, visando a reparação da propriedade e retomada produtiva, em atendimento às propriedades manifestantes, possuem caráter agrônômico e avaliarão aspectos como a fertilidade de solos, por exemplo. Toda e qualquer análise com finalidade investigativa, com o objetivo de avaliar eventuais alterações em solos e sedimentos associadas ao rompimento da barragem de Fundão, seguirão as metodologias de avaliação que foram definidas no âmbito do PMI, em consonância sua metodologia, mencionado no Item 07 desta manifestação.

9 *Este Plano deverá orientar as ações da Fundação Renova em períodos chuvosos subsequentes aos da cheia de 2021/2022;*

A Fundação Renova diverge a este encaminhamento como explicado no Item I.

10 *Apresentar os modelos de relatórios de abordagem ao produtor rural e, do relatório de evidências à abordagem ao produtor rural. Este último registrando as manifestações dos atingidos com relação a aderir ou não ao "Plano de Recomposição do Solo".*

A Fundação Renova encaminhará os modelos solicitados juntamente à revisão do Plano de Trabalho, caso seja permitida a continuidade do plano nos moldes técnicos manifestado neste ofício.

11 *Descrever de forma clara e objetiva como se dará a interação das equipes técnicas envolvidas nas duas fases propostas no escopo do Plano de Comunicação, identificando coordenação do referido Plano e, as atividades e responsabilidades de cada equipe.*

O pedido será atendido.

12 *Prever no escopo do Plano de Comunicação avaliações periódicas que possibilitem prováveis e possíveis atualizações, com o objetivo principal de atualizações e correção de rumo, tendo em vista o processo dinâmico durante o desenvolvimento do Plano.*

O pedido será atendido.

13 *Retirar do folder de comunicação a informação de que Imóveis sem Laudo de Danos/Relatório de Danos elaborados pelo programa de cadastro da Renova (Programa 1) serão excluídos do atendimento. Novas propriedades têm o direito de solicitar atendimento aos impactos decorrentes de períodos chuvosos, o desastre é dinâmico.*

A Fundação Renova reintegra o posicionamento do item I, e que as premissas de atendimento das definições dos programas e o TTAC devem ser observadas.

14 *Não se limitar em atender as propriedades elegíveis ao pg 17. O atendimento às propriedades pode romper o escopo deste programa e as ações devem ser contempladas no âmbito das ações para respostas ao período chuvoso.*

A Fundação Renova reintegra o posicionamento do item I, e que as premissas de atendimento das definições dos programas e o TTAC devem ser observadas.


15 *No folder, na página que fala sobre "Quais propriedades serão atendidas pelo plano?", substituir o terceiro item por: "Propriedades onde teve deposição de sedimentos relacionado com o rompimento da barragem de Fundão".*

A Fundação Renova reintegra o posicionamento do item I, e que as premissas de atendimento das definições dos programas e o TTAC devem ser observadas.

16 *Compatibilizar o texto do folder como escopo da proposta de Plano, como forma de qualificação do escopo em questão (o folder contém informações que devem estar no texto da proposta apresentada).*

O texto será incorporado ao Plano. A Fundação Renova reintegra o posicionamento do item I, e que as premissas de atendimento das definições dos programas e o TTAC devem ser observadas.

Atenciosamente,

DocuSigned by:

F59429300E4A4BB...
FUNDAÇÃO RENOVA

RILDO ALMEIDA DE PAULA

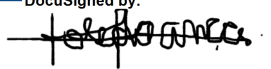
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE RETOMADA
DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS (PG-17)

DocuSigned by:

D99A524FF53B4BD...
FUNDAÇÃO RENOVA

MELINA MARSARO ALENCAR

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE MANEJO DE
REJEITOS (PG-23)

DocuSigned by:

4902D8F4612E4F5...
FUNDAÇÃO RENOVA

THALES DE TOLEDO FRANÇA

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO (PG-06)